



POR MEUS FILHOS: A MATERNIDADE ENTRE PRESAS ESTRANGEIRAS

Bruna Bumachar¹

O presente texto é resultado de reflexões parciais sobre um dos temas presentes em minha pesquisa, a maternidade na rede de presas *estrangeiras*². O intuito aqui é começar a sistematizar dados que venho registrando em meu diário sobre a dinâmica de conexões intra e extra muros na experiência, entre *estrangeiras*, de dar à luz durante o cumprimento de pena de prisão. Trata-se do primeiro esforço de criação de uma narrativa que busca contemplar descrição etnográfica para, após críticas e sugestões de colegas e professores, pensar em abordagens teóricas possíveis. A escolha por este tema, que trata apenas de uma parcela das relações de parentesco na experiência prisional, deu-se em função de dois motivos: primeiro, pela recorrência do assunto nas conversas estabelecidas entre mim e as *presas*; segundo, pelas conexões entre parentes e demais atores que são acionadas quando se trata deste assunto. O texto que se segue foi elaborado a partir de três perguntas centrais: que conexões são acionadas a partir da relação entre mães e recém nascidos durante o cumprimento da pena de *presas estrangeiras*? Para que são acionadas? E como as são?

A narrativa que apresento a seguir está organizada com base em um dia de atendimento do Instituto Terra Trabalho e Cidadania (ITTC), ONG por meio da qual realizei a maior parte da pesquisa. Sendo o ITTC um ponto por onde atualmente passam diversas conexões quando se trata de *presas estrangeiras*, o trabalho nesta ONG, na condição de voluntária, pareceu-me fonte privilegiada para acompanhar os fluxos que perpassam por meio dela e observar alguns que lhe escapam, mas que ainda assim acabamos conhecendo. Como meu interesse no mestrado centra-se na criação, manutenção, reformulação, e ruptura de relações sociais intra e extra muros a partir da experiência prisional de *estrangeiras*, ao me colocar em um nó desta rede, consigo observar os trajetos feitos por entre os nós adjacentes e os meios pelos quais estes trajetos são realizados. A limitação decorrente deste meu posicionamento em dois pontos encontra-se na extensão daquilo que é passível de observação: não consigo ver a rede de cima com todos os seus desdobramentos. No entanto, como meu interesse volta-se para a reflexão em torno da experiência prisional de *estrangeiras*, que faz parte desta vasta e dinâmica rede, acredito que minha escolha é satisfatória para a atual pesquisa.

1 Aluna de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas.

2 Palavras grafadas em itálico referem-se a termos nativos.



No que diz respeito à identificação de pessoas, procurei criar uma ficção etnográfica. Todos os personagens citados neste texto são resultado de um compósito de pessoas e de histórias vivenciadas por elas. Em outros termos, características pessoais e sociais, situações e casos de uma pessoa foram separados para integrar parte da história de um ou mais personagens cujos nomes também foram inventados por mim. Dito isto, convido-te a me acompanhar em casos de *estrangeiras* presas na Penitenciária Feminina da Capital (PFC), nos quais a maternidade se apresenta como tema central na dinâmica de conexões intra e extra muros de *estrangeiras*

Chegamos à PFC às 14:00hs de uma segunda-feira chuvosa e quente. Desde maio de 2008, com algumas interrupções, minhas segundas ou sextas estão reservadas a idas à Penitenciária Feminina da Capital (PFC), na cidade de São Paulo, junto ao ITTC. Este foi o meio pelo qual escolhi ter acesso ao campo de pesquisa. Nesta penitenciária, o Instituto costuma realizar dois atendimentos semanais exclusivos a *presas estrangeiras*, das 14:00 às 16:00hs, voltados ao acompanhamento dos processos judiciais, às informações sobre direito nacional e internacional, ao contato delas com os seus parentes e amigos via e-mail, cartas e telefone, com consulados e certos órgãos brasileiros.

Quando entramos na portaria para passar pela grade de ferro que dá acesso a área do prédio administrativo, um agente pediu-nos que aguardássemos uns instantes sem explicar porque motivo. Logo em seguida os portões para acesso de carros foi aberto e duas viaturas pararam em frente ao prédio administrativo. Imaginei que poderiam ter entrado para pegar *presas* e transportá-la até o fórum, o que se confirmou quando vi algumas *presas*, dentre as quais Kamila, caminhando algemadas em direção ao porta-malas do carro. Há duas semanas estive com esta sul-africana que, tensa à espera de seu julgamento e do nascimento de seu filho no mês que vem, pediu-me ajuda na solução do traslado da criança para seu país de origem. Teme que, com a nova lei de adoção, a criança seja doada logo após os seis meses de amamentação, como algumas *parceiras* lhe advertiram. Desmenti esta advertência e expliquei que, de acordo com a nova lei de adoção, seu filho não poderá permanecer em abrigo por mais de dois anos e, por isso, deverá ser trasladado para seu país e ficar sob a guarda provisória de um de seus parentes. Ela retrucou alegando que isto será muito difícil, pois sua mãe não tem condições de resolver este problema; além de não dispor de recursos para vir buscar o bebê em São Paulo, o contato entre elas é limitado pelo fato de a mãe ser analfabeta e morar numa vila no interior do país. Comprometi-me a ajudá-la, a começar pelo



contato com o consulado que, após o telefonema que fiz no dia seguinte, ficou de enviar um de seus *funcionários* para conversar com ela.

Como Kamila está muito preocupada com a situação do filho que vai nascer, bem como a de sua mãe e de seu filho de oito anos que está sob os cuidados desta, contou-me que nos últimos cinco meses trabalhou os sete dias da semana: nos cinco dias úteis dedicou-se ao fabrico de kits para aplicação de soro médico intravenoso em uma empresa que contrata as *presas* e tem uma sede dentro da PFC e, nos finais de semana, prestou serviços de faxina a demais *presas*. O salário do trabalho formal está sendo enviado, via consulado, para a mãe, enquanto as diárias dos finais de semana, pagas em cigarros ou outros produtos, serviram para arcar com seus gastos dentro da penitenciária.

Assim que as viaturas saíram da penitenciária, pudemos entrar. A esta altura, estávamos cerca de vinte minutos atrasadas, tínhamos apenas entorno de uma hora e meia para realizar os atendimentos. Caminhamos rapidamente em direção à sala de aula na escola, local onde trabalhamos, e evitamos parar ao longo do caminho para ouvir e anotar pedidos das *presas* com quem cruzávamos e que não estavam na lista de hoje. Ao entrarmos na escola, damos nosso nome a Serena e Liz, as duas agentes que ficam sentadas atrás de uma mesa cheia de papéis controlando o fluxo de entrada e saída de pessoas daquele prédio. Liz anota nossos nomes e nos comunica gentilmente que começará a chamar as *estrangeiras* que estão na lista do dia.

Dos casos aos quais tive acesso hoje, ater-me-ei a um, o de Davina. Mas antes de entrarmos nele, destaco um dos primeiros pedidos que me foi feito e que nos indica um dos usos que *presas* que tem ou não filhos fazem da maternidade em práticas. Sarah, peruana, de trinta e sete anos, queria que verificássemos seu processo. Disse-me que foi *presa* há um ano e dois meses por tráfico internacional de drogas e ainda não havia ido se quer uma vez ao fórum. Queria saber se havia previsões de data para o início de seu julgamento. Enquanto eu anotava seus dados no caderno de pedidos/campo, Sarah me pediu para não lhe esquecer e insistiu que eu verificasse seu caso o quanto antes. Argumentou que não agüentava mais esta situação de incerteza quanto à sua pena e que precisava saber sua sentença o quanto antes, pois tinha deixado sua mãe e seus filhos no Peru. Com a recorrência de situações delicadas que chegam até nós sobre filhos de *estrangeiras*, interessei-me em saber um pouco sobre o caso de Sarah. Perguntei quantos filhos eram, respondeu-me que três. Quis saber com quem eles estavam e foi aí que soube que, na verdade, os filhos não eram seus, mas de sua irmã. Com intuito de entender melhor a relação dela com os sobrinhos e a irmã, voltei a perguntar se antes de ser *presa* ela cuidava das crianças ou morava com a irmã e os



sobrinhos e/ou com a mãe. Respondeu que não, que sua irmã sempre cuidou, e muito bem, dos três, e que sua mãe e elas duas viviam, cada qual, em sua casa. Mas disse que amava muito os sobrinhos, como se fossem seus filhos, e voltou a me pedir que não esquecesse seu caso, porque mal podia conter sua angústia neste mar de incertezas. O que me chamou atenção não foi sua situação, relativamente freqüente entre as *presas*, mas o argumento que usou para me sensibilizar. O interessante, na fala de Sarah, é o modo como a maternidade foi acionada para tentar me sensibilizar em torno de seu caso. Independentemente se considera seus sobrinhos como se fossem filhos, a peruana, presa há um ano e dois meses, sabe o valor que este assunto tem *lá dentro* e o seu poder para mobilizar órgãos que atuam junto às *presas* e outras pessoas

Logo em seguida, conversei com Davina, colombiana, 32 anos. Entrou na sala caminhando no ritmo da música que ouvia no fone de seu *radinho* (walkman) pendurado no pescoço, mas que pelo volume podia ser escutada à distância. Muito animada, cumprimentou nós três. Estava maquiada, adornada de colares, anéis e brincos. Sua imagem atual contrastava fortemente com a daquela jovem magra e abatida de uns seis meses atrás, que chegava aos atendimentos para escrever mensagens a parentes chorando e se lamentando pela distância que a separava de seu filho nascido durante o cumprimento da pena. Lembrei-me do dia em que cruzamos com Davina, quando caminhávamos em direção à saída da penitenciária e ela retornava da despedida com sua mãe e seu filho que embarcariam para Colômbia na manhã do dia seguinte. Com o rosto inchado e o nariz vermelho de tanto chorar, contou-nos que estava há dias sem comer e trabalhar e passava o dia chorando. Mostrou-nos duas fotos tiradas no *berçário*, uma dela grávida de oito meses e uma dela com seu filho. Enquanto acariciava a imagem do bebê e desabafa conosco, as lágrimas que já escorriam de seus olhos deram lugar a um choro e um lamento desenfreados:

Parece que a minha vida acabou! Não queria me separar do meu bebê. É muito sofrimento, muito! Vocês não fazem idéia. Nos últimos oito meses não me separei dele nem um minuto, a gente tomava banho junto todos os dias, abraçados. Acordava e dormia com ele e agora vou ficar sem ver meu filho por quatro ou cinco anos. Não vou poder acompanhar o crescimento dele, não vou poder criar ele. É muito tempo longe! Ele nem vai me reconhecer, não vai saber que eu sou a mãe dele.

Hoje Davina não estava com o nome na lista de atendimento do ITTC, mas deu a desculpa de que ia pegar um livro na biblioteca localizada dentro da escola para ter acesso à sala onde trabalhamos. Queria que víssemos seu processo, mais especificamente se o juiz havia lhe concedido a progressão de regime, do fechado para o semi-aberto. Como tinha parido um filho brasileiro, achava que tinha maiores chances de ir para o semi-aberto. Isto porque, quando as *estrangeiras* começaram a ganhar semi-liberdade no início de 2009 – pois até então os juízes não lhes garantiam progressão de regime, do fechado para o semi-aberto ou a liberdade condicional, pois consideravam



alto o risco de fuga por parte das *estrangeiras* para fora do Brasil antes do término da pena – as únicas inicialmente contempladas foram as que tinham seus filhos, nascidos durante o período de aprisionamento, em abrigos na cidade de São Paulo. Segundo explicações que ouvi de profissionais que atuam na PFC, os juízes começaram a conceder semi-aberto para este grupo de *estrangeiras*, com o intuito de possibilitar a visita da mãe à criança e, se arrumasse um emprego (algo nunca ocorrido entre as *estrangeiras* em semi-liberdade), poder comprar coisas para o filho. Além disso, a criança, hospedada em um abrigo, era visto como garantia de que a mãe não fugiria, sem o filho, do Brasil antes do cumprimento total de sua pena. Expliquei-lhe, no entanto, que a situação tinha mudado e esta concessão havia sido ampliada para as *estrangeiras* em geral. Além do mais, mesmo que a prática anterior dos juízes estivesse voltada apenas ao grupo inicialmente contemplado, não haveria motivos de ela ter maiores chances de ir para o semi-aberto, uma vez que seu filho já estava na Colômbia com sua mãe e não mais em um abrigo de São Paulo.

Davina disse que seu filho não estava mais com sua mãe, está agora com a família de sua irmã (irmã, marido da irmã e cinco filhos). Explicou-me que sua mãe alegou não ter mais paciência para ficar com bebês, já criou seus filhos e alguns netos, e agora não quer mais esta responsabilidade, ainda que continue com a filha mais velha de Davina de nove anos. Nossa conversa foi interrompida quando uma *brasileira* se aproximou e ordenou que Davina pegasse a foto de volta consoco que aquela havia lhe emprestado, pois caso contrário ela, a *brasileira*, teria que fazer uma *visitinha* para o ITTC *lá fora*. Davina ficou meio sem graça, pegou a mão da brasileira e disse: “tá bom, deixa comigo. Vai lá, vai”, e pedindo para a mulher ir embora disse “Tchau”. Perguntei a que foto a *brasileira* fazia referência, imaginei que ela podia nos ter entregado para escanearmos e enviarmos via e-mail à sua família, e não ter recebido de volta. Davina ficou um pouco vermelha e respondeu sussurrando que havia enviado a foto para o marido. Pensei que não tivesse escutado bem, pois até aquele momento tinha certeza de que ela era solteira. Voltei a perguntar se ela nos tinha entregue a foto e para quem havia mandado. Ela, sussurrando, me esclareceu:

Não, eu não entreguei a vocês. Ela está achando que eu dei a foto para o ITTC, porque eu disse isso para ela.
E o que você fez com a bendita foto?
Eu mandei para o meu marido.
Ah???
Tá bem. Deixa eu te explicar.

Disse-me que havia pedido a foto emprestada, na qual aparecia junto com outras *parceiras*, com a desculpa de que iria nos entregar para que escaneássemos e enviássemos à sua família. Mas



tudo isto não passava de uma mentira para mandar, pelo correio, a fotografia ao marido. Não pude conter minha surpresa e ela sua gargalhada.

Como assim você mandou via correio para seu marido? Até onde eu sei você não é casada, ou é? Que marido é este?

[risos] É, porque ele queria ver como eu era. Ele está preso.

Mas ele foi preso com você? Que história é essa de marido, mulher?

[ela voltou a rir e seguiu] Não, eu fui presa sozinha, lembra? Eu conheci ele aqui dentro.

Me conte como foi isso.

Um dia me perguntaram se eu queria me corresponder por cartas com ele, porque ele também está preso e é colombiano...

Preso onde?

Na Lapa. Ele viu uma foto minha com outras parceiras e gostou de mim. Soube que eu era colombiana pelo namorado de uma parceira brasileira, que está preso na Lapa também. Aí nós começamos a escrever um para outro. Ele quis começar a namorar, depois começou a dizer que me amava, que queria casar comigo e eu... aceitei!

Como assim? Me conte mais. Você casou mesmo, está apaixonada ou...?

Ele mandou dinheiro para meus filhos, está me ajudando a sustentar meus filhos. Ele é rico, menina!

Como ele mandou se está preso? E como você sabe que ele é rico?

Ué, sabendo! [risos] Ele é rico mesmo. Ele diz para mim que não tem muito dinheiro que é um homem normal, mas eu soube que ele é rico.

Como você soube? Como ele mandou dinheiro?

Ele pediu a um amigo que fosse à casa da minha irmã levar dinheiro para ajudar meus filhos, e esse amigo disse para ela que eu era uma mulher de sorte, porque meu marido tem muito dinheiro. .

Mas como é isso de casar assim?

Ah [risos]... ele começou a dizer que me ama, que queria casar comigo e eu aceitei [risos]. Voce quer saber?

Eu digo mesmo!!! Se for para ajudar meus filhos, mandar dinheiro para eles eu faço mesmo!, digo que amo, que estou apaixonada, que sou esposa dele ...eu digo! Minhas parceiras aqui dizem 'Davina, você está louca! Você é maluca'. Mas eu não estou nem aí, enquanto estiver assim, eu aqui e ele lá me ajudando, está tudo ótimo.

E você não tem medo? Ele já sabe onde sua irmã mora, pode ser um cara perigoso... [comentou Junia que até então observava nossa conversa a certa distância]

Eu não! As minhas parceiras dizem isso, mas eu não tenho medo não. Ah, se está me ajudando para meus filhos não passarem necessidade, eu digo mesmo que estou apaixonada. Não quero nem saber. Não é assim que tem que ser?

Não sei, é?

Claro! Você tem que tirar a cadeia antes que a cadeia tire você. Eu estou presa, mas minha vida continua. Eu não vou deixar a cadeia me tirar. [E enquanto se levanta para ir embora, voltou a repetir]. É melhor tirar a cadeia do que ela me tirar.

Tá certo... e a brasileira não vai ficar puta com você por causa da foto? Isso não é dívida?

Não, ela nem se lembrava. Nunca tinha me cobrado essa foto. Ela só me cobrou agora, porque me viu aqui com o ITTC e se lembrou. Mas ela já está indo embora. Não tem problemas, não vai dar nada não. E ela gosta de mim [Já de pé, deu-me um beijo, um abraço e me pediu para não esquecer seu processo] então vc vê lá para mim, por favooooorrrr!!!

Alguns pontos me chamaram atenção nesta conversa, a começar pela familiaridade com o cotidiano dentro da cadeia. Ao dizer a frase chavão “é melhor tirar a cadeia que a cadeia me tirar”, utiliza o verbo tirar num duplo sentido, de “cumprir a pena” e também de “zombar”, “debochar”. Neste caso, Davina apresenta-se inserida em uma linguagem, dada sua familiaridade não apenas com os termos nativos, mas com a conduta que a frase sugere, a ponto de aplicá-la com certa



ousadia (beirando a inconseqüência³ advertida pelas *parceiras* quanto ao risco de sofrer represálias do marido quando sair da prisão, e por Junia quanto à possível dívida adquirida pela não devolução da fotografia), mas também com responsabilidade perante os filhos. Em outros termos, vemos que a preocupação de bem-estar material de seus filhos, muito recorrente entre as *presas*, é a justificativa para ela correr o risco de simular o casamento para e com o marido, estratégia possível em decorrência da situação prisional de ambos; mas este risco não a impede de encarar a situação com emoção e bom humor, como se tudo não passasse de uma aventura necessária ao bem-estar dos filhos. E isto me leva a uma observação complementar sobre sua superação. O lamento e a depressão no período de separação entre ela e seu bebê deu lugar à disposição e à força de encarar sua atual situação de *presa estrangeira* e de criar situações que lhe garantam, paradoxalmente, continuar com certas responsabilidades de sua vida extra prisional dentro da cadeia por meio do isolamento que os muros desta lhe proporcionam. Em suma, a condição de prisioneira que exigiu a separação entre mãe (isolada fisicamente do convívio familiar) e filho foi a mesma que possibilitou a simulação do casamento e o conseqüente envio de dinheiro para os filhos de Davina, sem que esta tivesse certos compromissos matrimoniais – a estratégia só foi plausível porque ambos estão presos.

Outro ponto que me chamou atenção foi o acionamento de conexões, pautadas no parentesco e na nacionalidade, em função dos cuidados (da guarda) e da sobrevivência dos filhos de Davina. Quanto ao parentesco, gostaria apenas de chamar atenção para a circulação do filho de Davina entre *as mulheres da família*, como ela mesma certa vez denominou. Nos primeiros oito meses de vida, o bebê permaneceu com a presa no *berçário*; em seguida, sua mãe, avó materna do bebê, veio buscá-lo, assumiu judicialmente sua guarda provisória e a responsabilidade de cuidar dele. Cansada de criar tantos bebês na vida, a avó entregou o neto para a tia, irmã de Davina, sem que se preocupasse em passar a guarda provisória para a nova responsável. Neste caso, parece-me que a experiência compartilhada de poder dar à luz entre mulheres da linhagem materna é o que define o universo de circulação dos filhos de Davina. Com exceção do marido e do amigo do marido que entregou o dinheiro para a irmã da *presa*, somente o marido da irmã de Davina é citado, mas ainda sim como coadjuvante.

Quanto à sobrevivência da criança, para além dos vínculos de parentesco entre as *mulheres da família*, as conexões que possibilitaram o dinheiro chegar para os filhos da *presa* na Colômbia tinham a nacionalidade como marcador compartilhado: a proposta que *parceiras* da PFC fizeram a

3 Denominaria a inconseqüência, advertida pelas parceiras e por Junia, de experimentação de novas estratégias, possivelmente de risco, na solução do bem-estar material dos filhos.



ela para começar a se corresponder com seu marido se deu em decorrência da nacionalidade comum entre eles. Após assumirem o compromisso matrimonial, seu amigo colombiano residente na Colômbia foi à casa da irmã de Davina para entregar, pessoalmente, o dinheiro destinado a cobrir custos dos filhos da *presa*. Nesta pequena rede, Davina nos apresentou algumas relações de parentesco acionadas constantemente pelas *estrangeiras* e nos indicou como se inclui amigos, quando não se estende a eles. Quanto a estes, fundamentais às *estrangeiras* quando se trata de prestação de favores, deter-me-ei em outro momento.

Quando restavam apenas cinco minutos para findar nosso horário de atendimento, chegaram duas polonesas recém-presas, mãe e filha grávida de dois meses, residentes na Espanha que foram inscritas na lista para o preenchimento do questionário do ITTC. Não pudemos fazer a entrevista com elas, pois não havia mais tempo, e ficamos de chamá-las na semana que vem.

Apresentados os casos, retornemos ao problema enunciado no início deste texto – a maternidade como tema que aciona conexões intra e extra muros na experiência prisional de *estrangeiras*. Apesar do propósito da penitenciária de isolamento físico e controle da vida de *presas*, vínculos sociais são mantidos, reformulados, criados e rompidos *lá dentro e aqui fora* durante o cumprimento de pena em regime fechado. Tanto no caso de Kamila quanto no de Davina, o dever de garantir o sustento dos filhos as move entorno de seu cumprimento. Nos dois casos, foram acionadas conexões, algumas existentes antes do aprisionamento e outras construídas dentro da penitenciária.

Kamila acionou seus contatos com demais *presas* para prestar o serviço de faxina a estas, o que garantiu seu sustento dentro da penitenciária e, assim, possibilitou-a de enviar todo o salário de seu trabalho semanal (formal) para sua mãe e seu filho. Antes contactou o ITTC que, por sua vez, entrou em contato com o consulado sul-africano e verificou seu processo na internet. Já Davina, aciona mãe e irmã para os cuidados dos filhos; *parceira brasileira* para garantir que sua imagem física tornasse conhecida ao preso colombiano que, mais tarde se tornou marido. Este, por sua vez, aciona um amigo colombiano que vai à casa de sua irmã para entregar-lhe um dinheiro destinado aos seus filhos (portanto, fica subtendido que a irmã passará para a mãe uma parte). Além disso, Davina aciona o ITTC para desabafar sobre seu desespero e, mais tarde, para verificarmos seu processo.



E quanto ao desdobramento do caso das polonesas, mãe e filha grávida? Teremos que esperar mais uns meses para observamos as três gerações compartilhando a experiência prisional. Enquanto isso, sigo algumas interlocutoras contando com a eficácia do princípio registrado em uma afirmação de Borges, segundo a qual “tudo se entrelaça”⁴.

⁴ Borges apud BARABÁSI, Albert-László. *Linked – A nova ciência dos networks*. São Paulo: Editora Leopardo, 2009, p.4.